



Externato da Luz – Ano Lectivo de 2009 / 2010
Correcção do teste escrito – 8º Ano / Turma C – dia 19 de Janeiro de 2010

1. O texto apresenta como uma das causas para o declínio do Império Português do Oriente os naufrágios resultantes do carregamento excessivo das naus. Podemos demonstrar esta ideia com a seguinte afirmação - “*Uma das causas que deita a perder as naus, e o Reino, e a Índia, e tudo, é a de que os que navegam nesta carreira sobrecarregarem tanto as naus.*”
2. O facto de a administração portuguesa no oriente ser incompetente e corrupta, bem como a feroz concorrência comercial efectuada por ingleses e holandeses e a falta de recursos financeiros acabaram por acelerar a decadência portuguesa nas Índias orientais.

3.

Candidato ao trono	Apoios sociais	Vantagens	Desvantagens
D. António, Prior do Crato	Terceiro Estado; Alguns membros da Nobreza e do Clero.	Ser português (homem), o que assegurava a nossa independência.	<i>Fracos recursos financeiros. Reduzidos apoios nacionais e internacionais. Neto ilegítimo de D. Manuel I.</i>
D. Felipe II, rei de Espanha	Alto Clero, Nobreza e alta burguesia.	Era o monarca mais poderoso da Europa. Possuidor de vasta riqueza. Enorme prestígio internacional.	Ser espanhol, o que poderia colocar em perigo a independência de Portugal.

4. O novo rei de Portugal garantiu que todas as liberdades do povo português se manteriam intocáveis e, em caso de necessidade, quando se nomeasse um Vice-rei para administrar Portugal, este seria sempre de nacionalidade portuguesa.
5. Este juramento foi feito na cidade de Tomar, no ano de 1581.
6. Após as Cortes de Tomar foi D. Filipe II de Espanha (Filipe I de Portugal) quem assumiu o trono português.
7. Leitura na vertical: F, V, F, V, V.
8. A lei enunciado no documento é o Acto de Navegação.
9. O Acto de Navegação era uma lei proteccionista que proibia os navios estrangeiros de transportarem para Inglaterra produtos que não fossem dos respectivos países de origem. Esta legislação contribuiu para diminuir o poderio comercial da Holanda, bem como estimulou a construção naval britânica.
10. No dia 1 de Dezembro de 1640 um grupo de Nobres, imediatamente apoiados por toda a população nacional, afastou definitivamente o governo espanhol do país, restaurando a monarquia portuguesa na figura do duque de Bragança, D. João IV de Portugal.
11. A forma de governo apresentada no documento é o Absolutismo régio.
12. As características fundamentais desta forma de governo são as seguintes: o rei (monarca) concentra na sua pessoa todos os poderes do Estado (legislativo, executivo e judicial). O seu poder é de origem divina, sendo ele próprio um representante de Deus na Terra. Como o rei exerce o governo de forma autoritária e individual, durante o absolutismo régio não existiu necessidade de se reunirem Cortes.
13. Leitura na vertical: e, f, a, g, b, d, c, h.